

ESPECIAL

Qual é o grau de discordância e concordância entre os ministros do Supremo

Por **Daniel Mariani, Bruno Lupion e Rodolfo Almeida** em 21 de março de 2017



Transparência ativa

- Todos os dados estavam disponíveis no site do Supremo, na seção “Estatísticas”
- A elaboração da reportagem se baseou em três planilhas fornecidas pela Corte:
 1. Acervo originárias
 2. Acervo recursais
 3. Decisões Pleno 2008-2012

Organizando os dados

- Cada planilha continha dados gerais sobre os processos e uma URL para consulta de informações específicas:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
2	Data da última atualização: 10/05/17											
4	Link	Classe	Número	Ano de autuação	Relator Atual	Data	Andamento	Observação Andamento	Ramo do direito	Assuntos		
5	Rel-17218	Rel	17218	2014	MIN. EDSON FACHIN	6/6/2017	Embargos rejeitados	Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, rejeitou os embargos de declaração, com aplicação de multa à parte embargante e determinação de certificação do trânsito em julgado e baixa imediata dos presentes autos ao juízo de origem, independentemente da publicação do acórdão. Vencido o Ministro Marco Aurélio no tocante à certificação de trânsito em julgado e baixa imediata dos autos. Plenário, sessão virtual de 28/4 a 4/5/2017.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	0 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO RECURSO		
6	ARE-809269	ARE	809269	2014	MINISTRO PRESIDENTE	5/5/2017	Agravo regimental não provido	Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, Ministra Carmen Lúcia (Presidente), negou provimento ao agravo regimental, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Plenário, sessão virtual de 28/4 a 4/5/2017.	DIREITO CIVIL	0 - DIREITO CIVIL COISAS POSSE IMISSÃO		
7	ARE-814245	ARE	814245	2014	MIN. EDSON FACHIN	5/5/2017	Embargos rejeitados	Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, rejeitou os embargos de declaração. Plenário, sessão virtual de 28/4 a 4/5/2017.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	0 - DIREITO PROCESSUAL PENAL AÇÃO PENAL NULIDADE 1 - DIREITO PROCESSUAL PENAL COMPETÊNCIA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL 2 - DIREITO PROCESSUAL PENAL AÇÃO PENAL NULIDADE CERCAMENTO DE DEFESA 3 - DIREITO PROCESSUAL PENAL AÇÃO PENAL PROVAS		



Organizando os dados

- Na página de cada processo, é possível consultar o andamento e resumos das decisões dos ministros.

Andamentos	DJ/DJe	Jurisprudência	Deslocamentos	Detalhes	Petições	Recursos	
Data	Andamento	Órgão Julgador	Observação			Documento	
09/05/2017	Ata de Julgamento Publicada, DJE		ATA Nº 13, de 05/05/2017. DJE nº 96, divulgado em 08/05/2017				
05/05/2017	Agravo regimental não provido	TRIBUNAL PLENO	Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, Ministra Cármen Lúcia (Presidente), negou provimento ao agravo regimental, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Plenário, sessão virtual de 28/4 a 4/5/2017.			Decisão de Julgamento	
05/05/2017	Finalizado Julgamento Virtual		Finalizado julgamento virtual em 04 de Maio de 2017 (Quinta-feira), às 23:59 .				

Organizando os dados

- As planilhas xlsx foram convertidas para o formato csv, e uma nova coluna foi criada com as URLs de cada processo
- O cientista de dados do **Nexo**, Daniel Mariani, desenvolveu um programa na linguagem R para entrar em cada URL e baixar o andamento de cada processos
- Todos os andamentos foram compilados em uma nova planilha

Organizando os dados

- Na tabela com os andamentos de todos os processos, foram separados apenas aqueles nos quais:
 1. A coluna “Órgão Julgador” indicava “TRIBUNAL PLENO”
 2. A coluna “Observação” indicava “Decisão”

Organizando os dados

- Em seguida, os extratos de julgamento foram interpretados pelo programa em R, a partir de palavras-chave.

Exemplo 1:

- O Tribunal, por **unanimidade** e nos termos do voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), negou provimento ao agravo regimental. **Ausentes**, neste julgamento, os Ministros **Marco Aurélio, Luiz Fux e Roberto Barroso**. Plenário, 22.05.201

Exemplo 2:

- Decisão: O Tribunal, por maioria, desproveu o agravo regimental, nos termos do voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), **vencidos** os Ministros **Teori Zavascki, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio**. **Ausente**, justificadamente, o Ministro **Celso de Mello**. Plenário, 13.02.2014.

Organizando os dados

- Foi tabulado quando cada ministro iniciou e terminou seu mandato.
- Uma nova tabela foi criada com os ministros nas linhas e todas as decisões nas colunas
- Se a votação fosse unânime, as células de todos os ministros eram marcadas com “1”. Se não fosse, quem estivesse depois das expressões “contra o voto” ou “vencido” era marcado com “0”
- Se o ministro estivesse ausente ou impedido, ou não atuasse no Supremo na época da votação, ele era marcado com um “X”

Organizando os dados

- Quando não havia nenhuma das palavras-chaves programadas, o julgamento era removido da base de dados.
- A proximidade foi calculada entre todos os “pares” de juízes. Para cada “par”, foram consideradas todas as votações em que ambos participaram juntos, e calculado o percentual dos casos em que votaram da mesma forma

Montando os gráficos

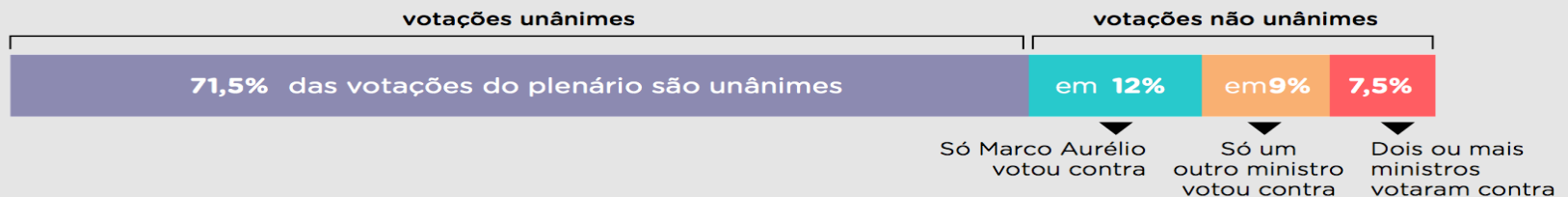
- A partir da proximidade entre os diversos “pares” de ministro, um pacote em linguagem R criou os gráficos utilizados na reportagem.
- Eles foram depois tratados pela equipe de arte do Nexo para chegar ao design final. O programa utilizado nessa fase foi o Adobe Illustrator.
- Por fim, o texto e os gráficos foram montados em HTML “na mão”, com uso de JavaScript

Montando os gráficos

Quem vota com quem

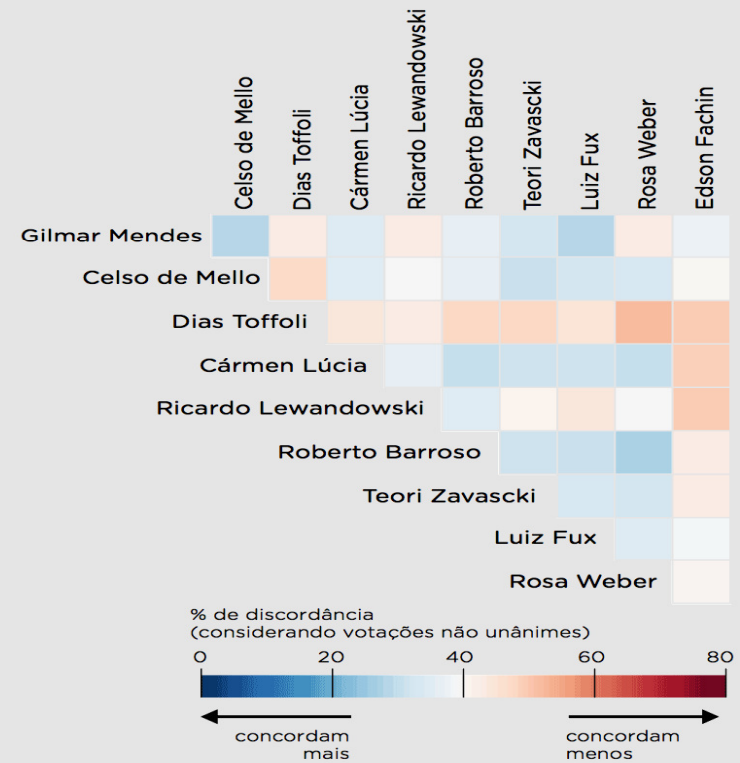
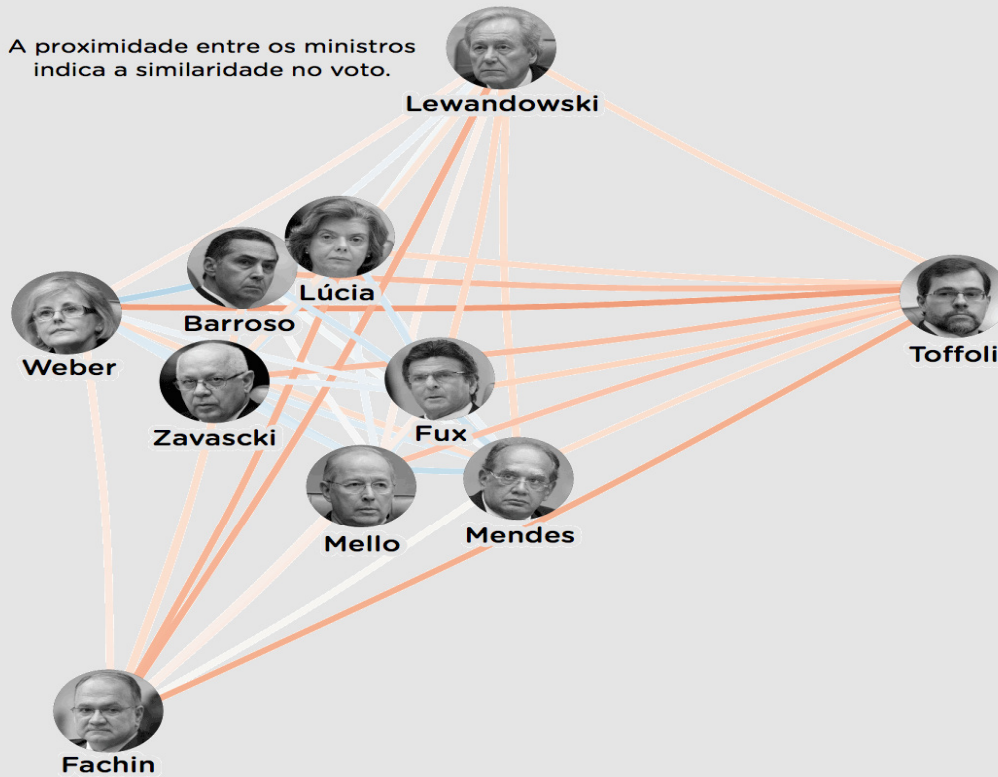
As regras que orientam a atuação dos ministros do Supremo dão grande liberdade para cada um decidir como quiser e quando preferir em decisões liminares (temporárias), que não dependem do aval do plenário. Por isso, uma analogia comum em Brasília é comparar o Supremo a um conjunto de 11 “ilhas”, que representam os ministros isolados entre si.

Em plenário, contudo, a análise das votações revela que a maior parte das decisões é tomada de forma unânime. Em 71,5% dos julgamentos, todos os ministros presentes votaram na mesma direção. Nos demais 29,5%, houve votos conflitantes. O ministro que mais diverge de seus pares é Marco Aurélio Mello, que ganhou na Corte o apelido de “senhor voto vencido”. Em 12% dos julgamentos de que participou, ele votou sozinho contra os demais ministros.



Montando os gráficos

A proximidade entre os ministros indica a similaridade no voto.



Montando os gráficos

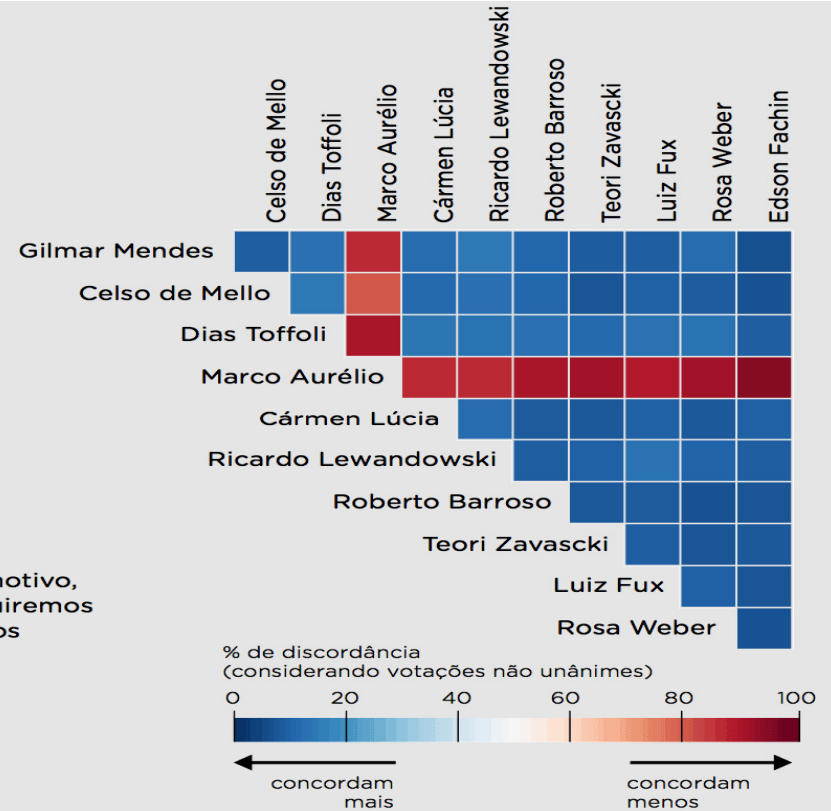


Marco A.

O ministro Marco Aurélio Mello vota contra o voto majoritário 10 vezes mais do que seus colegas, distorcendo a escala visual



Por esse motivo, não o incluiremos nos gráficos

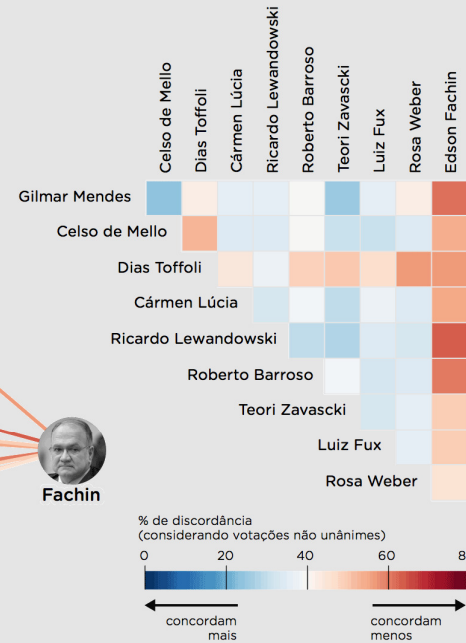
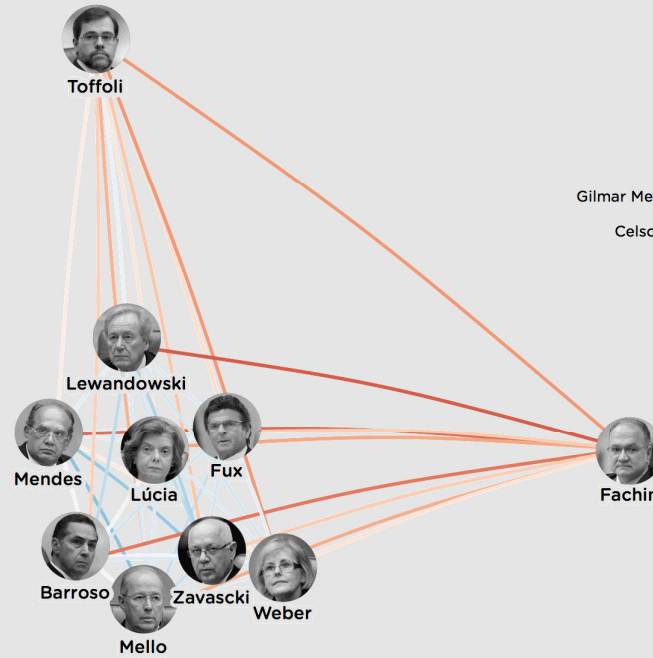


Montando os gráficos

Veja por ramo específico do direito

- ✓ DIREITO ADMINISTRATIVO
- DIREITO PENAL
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- DIREITO CIVIL E DO TRABALHO
- DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO PÚBLICO



Números

- Seis pessoas envolvidas (um cientista de dados, um infografista, um repórter, uma editora e dois desenvolvedores)
- A extração das tabelas de cada URL individual dos processos demorou 3 dias
- Foram consultados 65.693 processos, e em 8.940 deles havia decisões do plenário — cerca de 11% foram descartadas por inconsistências ou detalhes que impediam a análise.

Obrigado

Bruno Lupion

(61) 98175-0185

bruno.lupion@gmail.com

twitter: blupion